

# **Educação e Desenvolvimento Sustentável: análise do projeto “Escolas rurais: construindo o desenvolvimento local sustentável” em Vicência – PE.**

Swamy de Paula Lima Soares<sup>1</sup>

## **1. Introdução**

Este trabalho tem por objetivo apresentar os principais resultados de uma pesquisa realizada no mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, durante os anos de 2002 e 2003. Procuramos, pois, analisar a relação entre educação e desenvolvimento sustentável no município de Vicência – PE, através de um projeto municipal intitulado “Escolas rurais: construindo o desenvolvimento local sustentável”, no período de 1998 a 2002. Nosso olhar para com o objeto de estudo, nos mostrou a diversidade de “cores e formas” do fenômeno social; em outras palavras, os limites e possibilidades de desenvolvimento de uma política educacional atrelada a uma proposta de sustentabilidade local, resgataram a complexidade das práticas locais ao demonstrarem, por um lado, os avanços trazidos pelo projeto e, por outro lado, os claros limites das ações municipais na condução de políticas de desenvolvimento à luz das relações estabelecidas com outras instâncias de Estado. Por esse motivo, traduzimos metaforicamente o nosso estudo a partir da figura do caleidoscópio<sup>2</sup>, tendo em vista a dimensão de complexidade a qual nos referimos.

Além do caleidoscópio, utilizamos ainda outras duas figuras metafóricas na construção de nossa discussão teórica: o teatro e o labirinto. Nosso objetivo, em um primeiro momento, é fazer um breve resgate destas figuras, abrindo a discussão sobre questões como global/local e educação e desenvolvimento sustentável. No segundo momento, iremos fazer uma breve caracterização do município pesquisado; em seguida, apresentaremos o projeto implementado em Vicência, dando ênfase à relação desenvolvida entre a educação e uma proposta de desenvolvimento local. Por fim, apresentaremos

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: swamysoares@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Surgido na China, o caleidoscópio revela, através do jogo ótico de alguns espelhos existentes no interior do instrumento, as diversas formas, diversas cores, diversas realidades, a partir do movimento traçado pelo observador. Na verdade, a depender da posição que se observa, o jogo de cores e formas se dinamiza, revelando uma diversidade de configurações a partir dos mesmos elementos presentes no instrumento (os mesmos espelhos e os mesmos objetos coloridos).

algumas considerações finais, resgatando a figura metafórica que nos auxiliou na (parcial) tradução deste fenômeno social em Vicência.

## **2. Entre o teatro e o labirinto: a relação local/global e educação e desenvolvimento.**

Uma primeira figura metafórica que nos auxiliou na análise do fenômeno social em tela fora “o teatro”. Nele encontramos dois “atores” principais (toma-se a palavra atores a partir de sua condição metafórica, e não mediante o conceito geralmente empregado na academia): a educação formal (escolar e pública) e o desenvolvimento sustentável; nosso “palco”, onde tem se desenvolvido esta trama histórica, é o município de Vicência, que caracterizamos mediante a discussão do poder local.

A escolha do “teatro” não teve por objetivo olhar para nosso objeto de estudo de forma funcionalista, como se a realidade estivesse circunscrita a um cenário (e texto) pré-escrito. Pelo contrário, a metáfora do teatro procura captar a dimensão criativa e dinâmica de uma peça teatral, principalmente se esta peça revela a própria visão dos atores, dos protagonistas da trama, como tão bem resgatou a proposta do teatro do oprimido<sup>3</sup>. A “trama social vicenciana”, na verdade, se insere em um contexto maior que traz o germe da complexidade contemporânea; em outras palavras, pensar a ação política de um município é situá-lo em alguns movimentos, como o papel das municipalidades no contexto brasileiro dos anos 90 e, mais ainda, no contexto do fenômeno das globalizações, como nos adverte Boaventura de Sousa Santos (2002). Destacamos que se deve levar em consideração, ainda, as especificidades atuais que alimentam o debate sobre (re)direcionamentos dos modelos de desenvolvimento das municipalidades, a partir do(s) discurso(s) de sustentabilidade. A complexidade dos elementos expostos nos impulsionou a pensar tais questões a partir de uma segunda figura metafórica: o labirinto.

Procuramos o resgate desta metáfora a partir das reflexões de Boaventura de Sousa Santos referentes à situação social contemporânea, designada pelo autor como um Sistema Mundial em Transição. Procuramos, ainda, enriquecer a metáfora a partir de dois elementos, a saber: as interligações e a perspectiva de saída deste labirinto.

---

<sup>3</sup> Nas palavras de Augusto Boal, a arte não reproduz, mas representa o real. Esta ação (o teatro enquanto arte) deve resgatar a dimensão da paixão, a busca por si mesmo, a (re)criação das relações humanas.

As interligações oscilam entre momentos de ordem e o caos. Quando nos referimos à ordem, destacamos o movimento hegemônico denominado por globalização neoliberal, ou ainda globalização econômica (SANTOS, 2002). Aquilo que poderíamos chamar de “ordem mundial” tem se baseado em certas falácias, como a do Estado mínimo, e em práticas massificadas nos Estados-nação, como por exemplo, o princípio da descentralização, disseminado nos países da América Latina, principalmente pelas agências multilaterais, via controle das dívidas externas (CASANOVA, 2000).

Contudo, não devemos suprir os aspectos caóticos da “ordem” hegemônica. O caos advém de fatores mais facilmente constatáveis, como a situação social em países periféricos, semi-periféricos e até mesmo no interior dos países centrais. As contradições daquilo que Santos (2002) chama de capitalismo desorganizado podem ser uma das alavancas para a superação desta ordem, a partir de uma construção contra-hegemônica, como nos afirma o autor português. Esse movimento, contudo, não é fácil. A saída do labirinto não está nas mãos de um sujeito histórico exclusivo, principalmente quando ressaltamos o contexto de diversas “existências” que lutam (portanto, co-existem) pela emancipação social a partir de diversos aspectos, como a questão da opressão por gênero, etnia, opção sexual, etc. Santos (2001) reafirma a necessidade de se criar uma inteligibilidade mútua, que possa congrega as diversas lutas sem retirar-lhes suas especificidades, criando um movimento de superação da ordem hegemônica.

Ainda nesse sentido, incluem-se nas “paredes” do labirinto elementos nacionais, como a própria posição do Brasil no cenário global, e locais, como o papel das municipalidades em interação com o nacional (a partir das relações federativas que se estabelecem no Brasil) e com o global. Procuramos caminhar por esse labirinto a partir do movimento consubstanciado nos anos 90, mais especificamente a partir das reformas empreendidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com ênfase no princípio de descentralização das ações do Estado brasileiro. O diálogo entre local e global é, necessariamente, mediado pela relação com o nacional, que se insere no processo de reforma do aparelho do Estado a partir dos movimentos exógenos (como no caso da relação com os organismos internacionais) e endógenos (de modo a nos afastarmos de uma teoria conspiratória, que não levasse em conta as próprias especificidades e relações internas do país).

Um segundo aspecto a ser destacado em nosso “caminho analítico”, são as especificidades da relação entre educação e desenvolvimento; especificidades que traduzem as relações historicamente construídas no cenário brasileiro. Na verdade, essa relação está imersa em fortes tensões e descompassos, principalmente quando direcionamos nossa análise para o período educacional pós 1930, com o desenvolvimento da industrialização nacional (ROMANELLI, 2001; AZEVEDO, 2001; CUNHA, 1980). Deve ser incluída neste movimento de tensão a relação estabelecida entre as regiões do país (desigualdades regionais, impulsionadas pelo desenvolvimento industrial do eixo Sul/Sudeste e pela legitimação dada por parte do Estado brasileiro para as práticas da oligarquia nordestina), e entre as zonas rural e urbana, sendo a primeira ainda mais penalizada, inclusive no que se refere aos seus aspectos educacionais (CUNHA, 1980).

Não podemos deixar de destacar que as complexas relações entre educação e desenvolvimento ganham novos elementos (?) tanto no cenário mundial quanto no cenário brasileiro, a partir da discussão sobre sustentabilidade. A interrogação pós a expressão “novos elementos” objetiva provocar uma reflexão mais profunda sobre as nuances do termo desenvolvimento sustentável. Logicamente, a diversidade de “tons” no emprego do termo desenvolvimento sustentável revela as várias concepções e práticas sociais que se vinculam ao tema. Nossa análise sobre a questão do desenvolvimento sustentável procura destacar as suas dimensões contrárias, ou seja, os diversos projetos de sociedade que estão dialogando com esse termo, e que se colocam na arena da disputa pela hegemonia no território social. Destacamos, pois, desde dimensões reducionistas, o que chamamos de “capitalismo tingido de clorofila”, a dimensões que fomentam uma transformação mais substantiva das relações sociais, como nos sugere o conceito de “patrimônio comum da humanidade”, trazido por Santos (2002). Jara (1998), compartilha com uma concepção ampliada de desenvolvimento sustentável ao afirmar que:

*"O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição de poder e com os valores pessoais e a cultura. O conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sociais e realidades históricas (...) A redução da pobreza, a satisfação*

*das necessidades básicas e a melhoria da população, o resgate da equidade e o estabelecimento de uma forma de governo que garanta a participação social nas decisões são condições essenciais para que o processo de desenvolvimento seja julgado como sustentável" (1998:35).*

Junta-se a isso a discussão sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e educação, que se insere dentro dessa mesma disputa de hegemonia na sociedade. Essa relação, em nosso entendimento, também oscila entre propostas inovadoras e propostas “velhas” (ligadas às conseqüências do desenvolvimento capitalista em escala global) com roupagens “novas”.

Temos aí uma série de elementos complexos. O olhar para a discussão estabelecida no Brasil sobre desenvolvimento e educação no período pós-redemocratização (e em especial nos anos 90) deve levar em consideração a própria (re)significação do papel do Estado brasileiro, bem como os papéis estabelecidos pelas municipalidades. Devemos, pois, estar atentos às repercussões deste processo, tanto do ponto de vista educacional como do ponto do desenvolvimento nacional e suas conseqüências para os municípios brasileiros. Há também um movimento, não circunscrito tão somente ao cenário nacional, de valorização/responsabilização do local na promoção de um desenvolvimento sustentável que englobe dimensões econômicas, sociais e ambientais. Perguntamos, pois, quais as possibilidades e limites das instâncias locais na promoção de um efetivo desenvolvimento local sustentável, e quais as possíveis relações deste processo com a educação.

Os questionamentos trazidos a partir da discussão teórica nos impulsionaram à análise do empírico, a partir de uma proposta municipal que procurava estabelecer uma relação entre sua política educacional e uma proposta de desenvolvimento local sustentável. O debate sobre a análise de nosso objeto empírico fora situado a partir da terceira figura metafórica, já conhecida pela leitora ou o leitor deste trabalho: o caleidoscópio. Antes, contudo, de levantarmos as principais questões analíticas, faremos uma breve caracterização do município de Vicência, conforme sugerido na introdução deste texto.

### **3. Caracterização geral do município de Vicência**

Situado a 87 Km da capital pernambucana, Vicência é um município da Zona da Mata Norte do Estado que, a exemplo de outros municípios pernambucanos, pode ser

situado no contexto histórico da açucrocracia, usando a expressão de Evaldo Cabral de Mello. A predominância da monocultura da cana-de-açúcar (e, posteriormente, o aparecimento da monocultura da banana), bem como de parcas relações de trabalho e de educação, são características da formação social de Vicência. Grande parte dos 18.318 habitantes da zona rural (num total de 28.820 habitantes, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, no ano de 2000), está inserida nessa conjuntura econômica: entre a monocultura da cana e a da banana, com poucas ações de diversificação. A gestão municipal vitoriosa nas eleições de 1996, caracterizada por uma proposta descentralizada e mais participativa, encontrava-se diante de um grande desafio no que se refere às questões sociais, econômicas e ambientais, conforme os dados que apresentaremos.

Em Vicência, apenas 50,70% das pessoas viviam, no ano de 2000, em estabelecimentos com banheiro e água encanada<sup>4</sup>. Uma sutil melhora em relação ao ano de 1991 (49,21%). As conseqüências da precariedade do saneamento se refletem tanto nas condições de saúde da população, quanto no impacto para com o meio ambiente. Com relação ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, houve uma pequena melhora entre os anos de 1991, onde o IDH media 0,530, e de 2000, com o valor de 0,644; um aumento de 24,51% neste período<sup>5</sup>. A melhoria histórica dos índices reflete, inclusive, uma tendência nacional, conforme recente publicação do IBGE sobre as condições sociais no Brasil<sup>6</sup>. Tal melhoria, contudo, está longe de (a)pagar uma dívida social no município; dívida esta que deve ser entendida à luz do cenário estadual, regional e nacional.

Outro ponto de destaque é o nível de concentração de renda em Vicência. No que se refere ao Índice de Gini<sup>7</sup>, de um total de 185 municípios pernambucanos, segundo dados do IPEA, 161 apresenta tendência de alta neste coeficiente (87%), e apenas 24 municípios apresentaram queda (13%). Vicência se encontra nesta segunda gama de municípios. Em 1991, o coeficiente de Gini era de 0,567; em 2000, diminuiu para 0,552. Mesmo com um

---

<sup>4</sup> “*Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro, definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário*”. Fonte IPEA.

<sup>5</sup> Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

<sup>6</sup> Estatísticas do Século XX. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>7</sup> “*Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)*” Fonte: IPEA – Disponível em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br).

coeficiente alto, Vicência, em comparação com os dados do IBGE do ano de 1999, encontra-se abaixo da média nacional (0,567) e nordestina (0,587). Ainda nesse sentido, a proporção da renda municipal apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 48,6% em 1991 para 43,0% em 2000. Uma queda significativa, porém, que não reverte a grande desigualdade social do município (IPEA).

No que se refere aos índices educacionais, a análise sobre a situação de Vicência torna-se mais clara. Na verdade, os altos índices de analfabetismo na região, bem como a baixa média de anos de escolarização da população, coadunam-se com o passado de desenvolvimento do município, que exigia baixa qualificação de mão-de-obra (VICÊNCIA, 2000). A tendência de melhoria dos índices educacionais, atualmente, revela que nas próximas décadas as linhas estatísticas de analfabetismo tendem a decair, pois, segundo os dados do censo escolar de 2000, 93,61% das crianças de 7 a 14 anos freqüentaram a escola; um índice pouco melhor que a média nordestina (92,86%) e a média pernambucana (92,06%). Os dados apresentados remetem a dimensão do desafio da gestão na implantação de uma proposta diferenciada, com vistas à reversão do quadro educacional, atrelado a uma política de desenvolvimento local. Com a implantação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) em 1998, inicia-se um trabalho de redirecionamento da educação municipal; junta-se a isso os esforços da gestão na implantação de uma diferente política de desenvolvimento para o município, através de parceria com diversos organismos nacionais e internacionais. Com o intuito de clarificar a relação entre educação e desenvolvimento em Vicência, apresentaremos as principais ações do projeto, objeto de nossa análise.

#### **4. O projeto “Escolas rurais: construindo o desenvolvimento local sustentável”**

Antes de se falar especificamente sobre o projeto em destaque, faz-se necessário trazer alguns elementos mais gerais da política educacional de Vicência. O intuito é clarificar os nortes políticos da gestão, contextualizando as ações do município na zona rural. No que se refere ao direcionamento da política educacional, destacamos a criação de canais de participação, como por exemplo as Conferências Municipais de Educação (realizadas bi-anualmente), eleição direta para diretores escolares e os Conselhos escolares.

Podemos citar também a existência de outros conselhos na área de educação, que estão diretamente ligados às exigências dos programas federais (como o conselho da Alimentação Escolar), bem como aos modelos de financiamento/redistribuição de recursos implantados pelo governo federal (como no caso do conselho do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Esses aspectos são de fundamental importância para contextualizar as ações da gestão nas escolas rurais, à luz de ações gerais de cunho descentralizado/participativo.

A proposta da gestão para a educação na zona rural tinha como objetivo resgatar o (re)conhecimento desta comunidade sobre as suas escolas. Para isso, se fazia mister pensar a situação das escolas rurais no contexto do desenvolvimento rural, mais especificamente a partir da proposta geral da gestão de se estabelecer, neste ambiente, práticas alternativas à ação de monocultura da cana, com conseqüências para o âmbito social e econômico. Essas questões foram situadas na parceria que a gestão do município estabeleceu com o BNB/PNUD, a partir do ano de 1998.

O Projeto Banco do Nordeste/PNUD tinha como principal objetivo promover capacitações ligadas à questão do desenvolvimento local integrado sustentável. Propunha, pois, a utilização de uma metodologia participativa, que fomentasse o desenvolvimento e ao mesmo tempo contribuísse para um (re)direcionamento significativo das práticas sociais nas localidades. A forma de se chegar a esse objetivo era através da metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial), que visava dar ênfase aos processos de participação na gestão dos negócios, a partir das realidades sociais dos distintos sujeitos.

A proposta de uma educação diferenciada nos ambientes rurais (no contexto do Programa Voando com Vicência – nome escolhido para o programa que consubstanciou parceria do município com o Projeto BNB/PNUD) começou a tomar corpo com o conhecimento, por parte da gestora, de uma proposta educacional para o desenvolvimento sustentável, formulada pelo SERTA<sup>8</sup>.

Essa instituição começou a assessorar o município na construção de uma proposta pedagógica que contemplasse as especificidades da zona rural, procurando resgatar a

---

<sup>8</sup> Serviço de Tecnologia Alternativa; entidade criada em agosto de 1989. Sobre mais informações sobre a instituição, consultar: [www.serta.org.br](http://www.serta.org.br)

própria auto-estima dos profissionais em educação, que se viam desvalorizados na educação rural do município. A prática política de Vicência geralmente atrelava o lugar onde o professor iria ensinar à sua opção política; ou seja, se o professor não fosse coadunado politicamente com o prefeito, geralmente era afastado para a zona rural, como forma de castigo por sua “desobediência”. A proposta do SERTA, contudo, não se restringe ao âmbito educacional; segundo o seu presidente, um dos motivos importantes para o sucesso da proposta em Vicência fora a opção política da gestão, que não se limitou a uma ação apenas no âmbito da secretaria de educação, mas que procurou integrá-la em uma proposta maior de desenvolvimento para o município. Para Moura (2003):

*“Qualquer tentativa de mexer na escola, sem um projeto de sociedade, sem um projeto de desenvolvimento, arrisca-se a se reduzir apenas a disciplinas, horários, material didático, condições físicas da escola, a meios e instrumentos”* (p. 82).

E ainda:

*“Daí a convicção que não dá para mexer na educação sem mexer nas demais secretarias do município; daí não discutir PEADS [Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável] como se fosse uma tarefa da Secretaria de Educação, e sim como decisão política dos gestores públicos e sociedade civil”* (p.88).

A Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – PEADS, cujos primeiros trabalhos foram iniciados ainda em 1998 no município, tinha como principal objetivo trazer a realidade rural para a escola, fazendo com que a comunidade, os alunos e os próprios professores reconhecessem a especificidade do rural. Neste sentido, o rural não é uma realidade depreciada do urbano, mas um ambiente com especificidades, potencialidades a serem (re)descobertas. A escola, imersa nessa realidade, deveria ser o *locus* privilegiado de produção do conhecimento, a partir das realidades subjacentes à zona rural de Vicência: “(...) a mãe e o aluno apresentaram o galinheiro como um espaço pedagógico: esse aqui é um dos nossos espaços pedagógicos. (...) é aqui que nossos alunos aprendem matemática, português, biologia dos animais, (...)” (Gestora do Município).

Este mesmo aspecto é ressaltado pela secretária de educação do Vicência:

“O grande impacto do projeto foi a escola se tornar o centro de produção de conhecimento da comunidade (...) A escola não tinha um sentido para a comunidade, com o projeto a escola se tornou referência (...) os alunos fazem as pesquisas e quando devolvem para a comunidade já vão indicando possíveis alternativas” (Secretária de Educação de Vicência).

Segundo a proposta, a relação do conhecimento no ambiente escolar deveria privilegiar os seguintes aspectos: conhecimento enquanto processo; enquanto pesquisa e construção, conhecimento como meio para alcançar um fim, posicionado, ressaltando a dimensão política do conhecimento e histórico (VICÊNCIA, 2000).

Uma das principais ferramentas para a operacionalização dos objetivos traçados, fora a construção de um censo agropecuário, populacional e ambiental, com o intuito de resgatar a dimensão da pesquisa enquanto eixo norteador da prática educativa na escola, (re)direcionando as próprias ações escolares frente à comunidade. As fichas pedagógicas eram construídas pelos professores, apoiados pelas capacitações empreendidas pela prefeitura; nelas havia um mapeamento da situação do município e das famílias dos alunos, através de determinadas “questões-chave”: qual a quantidade de animais existentes nas redondezas, se houve ou não plantio, em caso positivo, o que se plantou, etc. Os dados coletados pelas crianças junto às suas famílias serviam de base para o desenvolvimento escolar dos próprios educandos; ou seja, aprendia-se matemática, português, etc, a partir dos dados coletados, procurando dar à aprendizagem uma efetiva significância. A outra parte da proposta consistia em discutir com a comunidade (envolvendo as ações de outras secretarias) os resultados dos censos, procurando estabelecer um diálogo entre a situação dos trabalhadores rurais e uma proposta alternativa de desenvolvimento local sustentável.

Segundo o olhar do presidente do SERTA, em publicação do ano de 2003:

*“Um censo desse revelou a capacidade da escola e dos alunos conhecerem o lugar, a sua comunidade, a olhar para o território com outros olhos. Com uma visão de futuro, com um projeto municipal de desenvolvimento, os educandos vão se sentindo autores, co-responsáveis pela produção do conhecimento. Diagnosticando a potencialidade da comunidade, constroem a sua identidade e a do seu território. Passam a assumir outra postura diante dos desafios descobertos. Passam a se sentirem com possibilidade de intervirem na comunidade, a partir de um conhecimento novo e inovador, que geraram com seus familiares e*

*educadores. Passaram a entender a importância do conhecimento, da leitura, da matemática, da geografia, da comunicação, da informática, da arte, para melhor desdobrarem o seu conhecimento e intervir na comunidade” (MOURA, 2003:81)*

#### **4.1 Principais impactos do projeto: a dimensão do caleidoscópio**

O enfoque mais específico que demos à relação entre educação e desenvolvimento, através do projeto “Escolas rurais”, revelou a complexidade do fenômeno. Gostaríamos de sistematizar estas relações em alguns pontos, procurando evidenciar dois movimentos essenciais para a nossa análise: os impactos da política de desenvolvimento local para a educação no município e vice-versa.

**4.1.1 A questão da participação e os impactos objetivos** – como destacado por Camurça (2002), a descentralização e democratização da gestão foram os principais motes estabelecidos pela prefeita eleita nas eleições de 1996, e reeleita em 2000. Neste sentido, ao mesmo tempo em que as diretrizes políticas do município e da proposta de desenvolvimento direcionada pela gestão influenciaram no direcionamento da política educacional mais participativa, podemos afirmar que a própria especificidade do sistema educativo contribuiu para o fomento de uma cultura de participação na dinâmica social municipal.

Não podemos deixar de destacar os impactos objetivos do projeto na educação. Os indicadores educacionais de Vicência tiveram considerável melhoria após o início da gestão. No que se refere à taxa de aprovação, houve uma melhoria de 47% em 1993 para 58% no primeiro ano da gestão. O índice aumentou para 65% nos anos de 1998 e 1999, permanecendo nessa faixa nos anos posteriores, com pequenas oscilações (VICÊNCIA, 2000).

Os dados do ano de 2002 referentes às escolas rurais são ainda mais significativos. De 18 escolas rurais de Vicência, 15 tinham média de aprovação acima de 70% (cerca de 83% do total das escolas) nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, e apenas 3 escolas (16,6% do total) superaram a média de reprovação do município no mesmo ano, ou seja, 22,7%<sup>9</sup>. Logicamente, os dados apresentados não são os ideais, mas representam uma

---

<sup>9</sup> Esses dados foram coletados no Perfil das Escolas – INEP. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

significativa reorientação dos indicadores educacionais, sob o comando da gestão que assumiu o governo em 1997.

O segundo eixo (relativo aos impactos) que gostaríamos de destacar se refere mais especificamente à relação do Projeto Escolas Rurais com a questão do desenvolvimento no município. Vale ressaltar que o projeto fora um dos principais “carros-chefe” da gestão no que se refere às suas ações em parceria com o PNUD/BNB. Ou seja, na visão dos gestores, as ações nas escolas rurais de Vicência foram de fundamental importância para a política de desenvolvimento integrado e sustentado da municipalidade.

Os motes para esse processo, no campo da dinâmica econômica do município, eram as próprias bolsas recebidas pelas mães dos alunos do PETI. Havia, portanto, na visão dos gestores, dois tipos básicos de impactos para a dinâmica de desenvolvimento do município; o primeiro impacto era mais imediato, correlacionado diretamente à injeção financeira derivada da bolsa do PETI. O projeto Escolas rurais se constituía como um dos pontos de ação da gestão, no que se refere ao fomento de novas práticas ligadas ao setor econômico, de alternativa a precarização das relações de trabalho e produção do município. Neste sentido, o projeto se constituía enquanto um aporte para induzir os trabalhadores a melhor “gastarem” o dinheiro do PETI, em investimentos nas suas próprias realidades econômicas.

Outro impacto, de médio/longo prazo, ligava-se à formação de uma “nova mentalidade” no ambiente rural, diretamente ligada à valorização do homem no campo, a uma preocupação com as questões ambientais<sup>10</sup> e ao fomento de práticas produtivas relacionadas à dimensão empreendedora.

Podemos resumir que a relação entre educação e desenvolvimento, em Vicência, tem se configurado para além dos reducionismos que caracterizaram as relações desses conceitos ao longo da história do Brasil pós-industrialização. Na verdade, a educação é condicionada e condicionante da dinâmica social de Vicência. Ainda que as ações educacionais tenham surgido a partir do direcionamento de desenvolvimento local da gestão analisada, não o fez de forma subordinada, já que o projeto “Escolas rurais”, da mesma forma, influenciou a dinâmica de desenvolvimento de Vicência, tanto nos seus impactos objetivos como subjetivos.

---

<sup>10</sup> Segundo a prefeita, foram desenvolvidas algumas ações diretamente ligadas ao meio ambiente. No que se refere mais especificamente à educação, a gestora destaca o projeto “aula na mata”, que procurava integrar o aluno e seus pais com o (re)conhecimento da mata vicenciana.

**4.1.2 A valorização (limitada) do rural** – no que se refere aos impactos do projeto para com a política de desenvolvimento, destacamos a percepção valorativa da comunidade para com o ambiente rural. O cerne da proposta educacional baseada na metodologia dos censos, no tratamento dado ao conhecimento e no alargamento dos espaços pedagógicos a partir da realidade comunitária, permite-nos afirmar que a ação educacional em Vicência contribuiu para uma valorização do espaço rural, por vezes relegado, em ações políticas conservadoras, à condição de “maldição” pela desobediência eleitoral. Junta-se a isso a melhoria nos índices educacionais vicencianos, condição *sine qua non* para qualquer proposta de desenvolvimento que se intitule sustentável. Contudo, a valorização do ambiente rural está intimamente relacionada com as condições sociais, econômicas, políticas e ambientais. Neste sentido, os limites de valorização do ambiente rural se encontram nas próprias relações estabelecidas ao longo da história do município, fincadas sobre parcas relações de trabalho e de condições de vida no ambiente rural.

As ações da gestão municipal devem ser entendidas mais no sentido de um fomento às práticas alternativas de desenvolvimento do que nos impactos mais objetivos, propriamente ditos. Esse movimento é dinamizado pela caracterização histórica do município (e a continuidade de certas práticas ligadas, por exemplo, ao assistencialismo), pela coexistência de disputas sociais em diversos níveis (cujas resoluções não dependem exclusivamente da dinâmica local), e pela própria dinâmica estabelecida pelo governo Cardoso, principalmente no que se refere às reformas do Estado, preconizadas por este governo, e a adoção do modelo de desenvolvimento segundo a perspectiva de integração competitiva frente à conjuntura global.

**4.1.3 A (co)existência de tensões binominais** – Percebemos, ao longo de nosso estudo, uma série de tensões existentes na realidade social de Vicência. Esses binômios, componentes contrários de uma mesma totalidade, podem ser identificados nas limitações da instância local, no palco de coexistência de lutas nas esferas nacional e global, bem como na própria relação entre a municipalidade e esses outros atores. Identificamos aí o binômio inovação/conservação, autonomia/dependência, e ainda potencialidade/impossibilidade.

Na verdade, basta olhar com mais atenção para a metáfora do caleidoscópio para perceber que essas tensões não se excluem, muito menos uniformizam a dinâmica social de

Vicência em relação com os atores regionais, nacionais e globais. Essas tensões vêm revelar que o local só deve ser entendido por aqueles que se preocupam com a profundidade nas análises sociais, em relação com esses fatores, que condicionam e caracterizam os limites e possibilidades da ação política local. Em Vicência, a dimensão das possibilidades se situa no campo das inovações da gestão e na força que a educação pode ter enquanto espaço de fomentação de novos modelos. Os limites se inserem tanto nas práticas municipais condicionadas pela realidade histórica (como no caso das práticas assistencialistas), quanto na inserção da municipalidade no quadro nacional, segundo o modelo de integração competitiva desenvolvido no governo Cardoso (ARAÚJO, 2000). Junta-se a isso as dificuldades de construção de uma cultura participativa, no que se refere aos aspectos políticos, e associativa, referentes à dimensão econômica, no bojo do tecido social brasileiro (JACOBI, 2000; NAVARRO, 2002).

Em resumo, as inovações de uma proposta de fomento ao desenvolvimento sustentável local coexistem com as dificuldades de materialização da proposta no município; da mesma forma, as inovações no campo educativo se fundamentam nas ações de fomento às práticas diferenciadas; neste caso, os limites do projeto se confundem com os próprios limites da educação, que não deve ser entendida como uma meta-categoria, capaz de suprir os entraves na formação de um desenvolvimento diferenciado no município de Vicência.

## **5. Entre a tríade metafórica: considerações sobre o teatro, o labirinto e o caleidoscópio**

A análise da relação entre educação e desenvolvimento sustentável em Vicência nos permite vislumbrar a tríade metafórica teatro, labirinto e caleidoscópio, enquanto figuras representativas da complexidade social. É verdade, contudo, que por mais carregadas de simbolismos, tais figuras (assim como outras) são sempre limitadas diante da descrição da “trama social” em que Vicência se insere. A idéia de complexidade nos impele a (re)significar nossas ilustrações do real, procurando aprimorar a relação entre as figuras e a realidade, bem como estar aberto à novas ilustrações que nos permitam refletir com mais propriedade sobre a relação entre desenvolvimento e educação a partir das instâncias locais.

Neste sentido, procuramos ir para além de uma crítica fatalista ou de um otimismo ingênuo, ao nos debruçarmos sobre os limites e potencialidades da ação política local no âmbito da educação e do desenvolvimento. A idéia da peça teatral (com a dinamicidade própria da interação no palco vicenciano) junta-se ao panorama do labirinto. Seria incompleto, entretanto, pensar na complexidade sem a(s) perspectiva(s) de superação. Para isso, se fez necessário situar a análise para além dos dualismos, procurando o resgate das dimensões plurais do fenômeno desenvolvimento e educação. Neste caso, o caleidoscópio nos permitiu enxergar as múltiplas possibilidades de olhares sobre o fenômeno; possibilidades que, para além de um relativismo sem compromissos, nos fazem vislumbrar os diversos limites e as diversas possibilidades de reorientação de um modelo de desenvolvimento e de uma estrutura educacional. Em resumo, este estudo de caso pretendeu contribuir para um debate que, decerto, está longe de chegar a um consenso. Os desafios teóricos e da práxis social estão postos; urge desbravá-los.

## 6. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs) **Gestão da educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez: 2001.

CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio. **Mulheres, política e cotidiano na zona da mata de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado – PPGS – UFPE, Recife, 2001.

CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia In GENTILLI, P (org). **Globalização excludente: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. pg.46-62.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação, ampliação da cidadania e participação**. *Educ. Pesqui.*, jul./dez. 2000, vol.26, no.2, p.11-29.

MOURA, Abdalaziz. **Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável – PEADS**: uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Glória de Goitá, PE: Serviço de Tecnologia Alternativa, 2003.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. pp.189-232.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 21.<sup>a</sup> ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Nuestra América*. Reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. Revista Chiapas, n. 12. México, 2001. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas>. Acesso em: 30 de Julho de 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2<sup>a</sup> ed. Cortez. São Paulo, 2002.

VICÊNCIA, P. M. de. **Educação e cidadania na cidade de Vicência** Projeto: Escolas Rurais: Construindo o desenvolvimento local sustentável. Vicência, 2000.